



Senhor(a) Presidente(a):

A Vereadora que esta subscreve requer a Vossa Excelência que, após os trâmites regimentais, com fundamento no art. 95 do Regimento deste Legislativo e no parágrafo único do art. 55 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, seja encaminhada a seguinte

MOÇÃO DE REPÚDIO

ao(à)

À Mesa Diretora e ao Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha,

Pelos Motivos que passo a expor:

Por liberar o uso de dinheiro público para transportar os cônjuges de deputados e deputadas entre suas cidades de origem e Brasília

O compromisso de campanha assumido por Eduardo Cunha vai ser bancado pelos cofres públicos. A liberação da verba para familiares foi reivindicada por um grupo de esposas de deputados em encontro promovido pela ex-deputada Nilda Gondim (PMDB-PB), em João Pessoa. O então candidato à presidência da Casa Legislativa se comprometeu a levar a proposta adiante.

Para o diretor do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), José Antonio Moroni, os benefícios concedidos por Eduardo Cunha evidenciam mais uma das contradições do Congresso Nacional. “Quem aprova isso são os mesmos deputados que têm defendido cortes ou reduções nos benefícios destinados às camadas mais baixas da população, como seguro-desemprego e pensões. Não dá para considerar isso ético de maneira nenhuma.

Se eles quiserem, podem comprar passagens para as esposas ou maridos com o dinheiro do próprio salário, que é bastante alto.” As contradições vão além. “Os deputados representam o povo. É de se esperar, portanto, que eles vivam também as limitações e a rotina da população. Representar passa por isso. Caso contrário, torna-se difícil para eles entender a realidade daqueles que representam. Têm de fazer contas para passar o mês; têm de calcular seus orçamentos; têm de passar o aperto que o brasileiro passa para poder representá-lo. Não pode estar tão descolado da realidade de seu representado. Não pode ter distanciamento. Se as verbas têm por objetivo facilitar a ele entender a rotina do representado, elas [as verbas] têm de dar limites a ele”, argumentou o diretor do Inesc.

Cientista político e especialista em comportamento eleitoral, o professor Leonardo Barreto explica que “por essas e outras o Legislativo brasileiro é o mais caro do



mundo”, com cada senador custando aos cofres públicos mais de R\$ 33 milhões, e cada deputado, R\$ 10,2 milhões por ano. “Para fazer esse cálculo, basta dividir o orçamento pelo número de parlamentares. Daí o fato de o Congresso estar entre as instituições que detêm os piores níveis de confiança da população”, disse ele.

Segundo Barreto, na Alemanha cada parlamentar custa aos cofres públicos R\$ 3,4 milhões anuais; na França, R\$ 2,8 milhões; no Canadá, R\$ 2,3 milhões; no Reino Unido, R\$ 2,2 milhões; no México, R\$ 1,89 milhão, e na Argentina, R\$ 1,29 milhão. Portugal e Espanha estão entre os mais baixos, com um gasto médio de R\$ 952 mil e R\$ 850 mil por parlamentar, respectivamente.

Solicito que esta moção seja encaminhada ao(s) destinatário(s) a seguir relacionado(s):

Mesa diretora da Câmara dos Deputados; Mesa Diretora do Senado Federal

Porto Alegre, 02 de março de 2015


Vereadora Sofia Cavedon